

Catástrofe identitária e autoritarismo militar: revocalizações literárias

Identitary Catastrophe and Military Authoritarianism: Literary “Revoicing”

ROBERTO VECCHI

Università di Bologna, Italia

roberto.vecchi@unibo.it

Resumo: O que tecnicamente é chamado de desaparecimento forçado proporciona um motivo relevante de reflexão sobre o contexto do autoritarismo militar no Brasil. Limitado numericamente em relação a outros contextos latino-americanos, o caso brasileiro é no entanto significativo pela sua antecedência histórica e pela definição de um dispositivo complexo de violência do estado. Em muitos casos a eliminação integral dos corpos das vítimas e a impossibilidade do trabalho do luto projetam o conceito de restituição para um plano predominantemente simbólico. O romance denso e fragmentário de Bernardo Kucinski, *K.* (2011) problematiza esta questão teórica: o biográfico é radicalmente reformulado no plano ficcional mas não é, por isso, paradoxalmente menos “real”, proporcionando uma restituição neste sentido do passado. Isto permite assumir a literatura e a ficção como um território potencial de restituição efetiva e afetiva para tecer uma memória pública dos desaparecidos políticos e, de modo mais geral, dos traumas repressivos dos anos do autoritarismo militar.

Palavras chave: Ditadura civil-militar; Desaparecimento forçado; Catástrofe identitária; Literatura e luto; Brasil.

Abstract: What we can technically call “forced disappearance” provides us with a relevant subject of reflection about the context of military authoritarianism in Brazil. Numerically limited if compared to other Latin American contexts, the Brazilian case is however significant for its historical antecedence and for the definition of a complex device for state violence. In the most of the cases, the lack of the victims and the impossibility of the mourning transfer the concept of restitution to a larger symbolic plan. Bernardo Kucinski’s dense and fragmentary novel, *K.* (2011), is exemplary of this theoretical issue: the biographical plane is radically overhauled in a fictional articulation, but it surprisingly acts in a sort of paradoxical realistic mode. Such a condition turns literature and fiction into a potential territory of an

effective and affective restitution in order to interlace a public and alternative memory of the disappeared and, more in general, of the repressive times of military authoritarianism.

Keywords: Civilian-Military Dictatorship; Forced disappearance; Catastrophe of identity; Literature and mourning; Brazil.

O desaparecimento político forçado, praticado como ato de repressão violenta do dissenso na América Latina, ao longo das três décadas de autoritarismo militar no subcontinente, é um objeto teórico complexo e, em muito sentidos, escorregadio. Também porque, como os grandes análogos que marcaram a história do século trágico –sobretudo e com toda a força simbólica e política nome, a Shoah–, o próprio ato do desaparecimento forçado que se baseia sobre uma enorme violência, também epistemológica, se funda sobre a destruição dos pressupostos da sua própria possibilidade de ser elaborado, pela eliminação do sujeito. A terminologia aqui usada, além da ressonância com as grandes vozes que interpretaram a história como catástrofe é tributária em particular do trabalho do sociólogo uruguaio Gabriel Gatti - por sua vez filho de um desaparecido político na Argentina - que analisa, pelo viés da teoria, o desaparecimento forçado através do colapso da civilização, a que corresponderia a catástrofe identitária e a semântica do desaparecimento (Gatti 2008: 43). Poderíamos dizer, em termos críticos, que o desaparecido e o dispositivo que o produz podem ser pensados em combinação com o que Gérard Wajcman considera o coração absoluto do século moderno (o século xx), ou seja, o invisível, ou, para melhor dizer, “a destruição sem ruína” (Wajcman 1998: 21).

Tal condição projeta a aporia, que semântica e lexicalmente se articula a partir de uma corrente significativa de termos negativos como “indizível”, “impensável”, “irrepresentável” (constituindo uma parte relevante do debate cultural pós-Auschwitz), no pleno campo do trágico. Ao mesmo tempo, houve tentativas relevantes de dar consistência crítica a uma questão teórica aparentemente confinada a um labirinto sem saída. Por exemplo, na Argentina, onde a prática do desaparecimento político, em maiores dimensões e estrutura, se sistematizou como recurso tragicamente ordinário, surgiram abordagens de extrema importância. Como o caso do livro, recentemente traduzido também no Brasil, de Pilar Calveiro, *Poder y desaparición. Los campos de concentración en Argentina* (2004), em que ela própria desempenha uma dúplice, complexa função de ser ao mesmo tempo vítima e estudiosa da repressão que se propõe aprofundar. Calveiro, cientista política, tenta ultrapassar esta limitação epistemológica que funde sujeito e objeto crítico, assumindo-se como terceira pessoa em seu discurso analítico. E no seu corpo-a-corpo especulativo com as cicatrizes do passado que são partes de si, consegue isolar alguns eixos críticos importantes, inclusive como pensar a técnica do desaparecimento político em outros contextos históricos e geográficos. Na sua abordagem, Calveiro não só disseca o fracionamento e a segmentação do dispositivo repressivo dos campos, os quais permitem, assim, entre os perpetradores, a suspensão da responsabilidade moral da violência (Calveiro 2004: 38-39), mostrando o caráter

sofisticado da produção do desaparecimento político, mas também afunda nas engrenagens íntimas da ideologia destruidora, a qual se baseia numa lógica essencialmente binária que permite não só a eliminação das diversidades, mas também “la imposición de una realidad única y total, representada por el núcleo duro del poder, el Estado” (Calveiro 2004: 88).

É verdade que, embora reivindicada por alguns como uma “invenção argentina” (Mignone/McDonnell 2006), a técnica do desaparecimento forçado é mimética e metamórfica e sua genealogia deve ser inscrita nas origens dispersas nas repressões francesas na Indochina e na Argélia, ou nos modelos repressivos dos EUA no Vietnã. Aquela Argentina, de fato, não passa de uma particularização e afinamento sistemáticos que tornam este tipo de violência no eixo de uma normatividade global, paralela e secreta (Quinalha 2013: 289).

Entra aqui em jogo a contribuição da experiência brasileira, que, se não por dimensões, pelo menos por qualidade e antecedência histórica, desempenha uma função crucial na localização do dispositivo no contexto da América Latina dos anos de chumbo da rede cooperativa das ditaduras militares. A invenção desta peculiar condição ontológica, este novo “estado do ser” (Gatti 2008:49) que é o desaparecido político como vítima de uma brutalidade de Estado, a qual cria uma permanência da ausência, uma perpetuação da condição fantasmática e uma impossibilidade de aprofundar qualquer trabalho enlutado por parte dos familiares, mostra, no entanto, como o limite da teoria sempre proporciona um limiar para o campo literário. Ou, para melhor dizer, cria uma solidariedade profunda, talvez a única residualmente viável, entre uma fatalidade fraturada e unitariamente impossível e uma ficcionalidade como campo de reorganização e interrogação dos rastros sobreviventes e escassos de uma violência destruidora, total e definitiva. A literatura em suma, como as artes de modo geral, se configuraria assim como lugar onde o impossível se torna possível, o que desvenda a natureza predominantemente política do campo literário. A condição quiasmática do que resta das vítimas do desaparecimento forçado, aquilo que Gabriel Gatti brilhantemente expressa, na catástrofe identitária, como “una identidad sin cuerpo, un cuerpo sin identidad” (Gatti 2008: 50), explica porque a literatura como campo privilegiado para um reconhecimento extremo de rastros dispersos, se engaja numa tentativa, por sua vez frequentemente trágica, de recomposição dos fragmentos e dos rastros que se opõem ao decreto forçado de recalçamento total da vítima, inscrito na lúcida racionalidade do desaparecimento político.

Deste dispositivo refinado de violência pública, o Brasil historicamente foi um dos primeiros laboratórios que elaboraram suas tecnologias do horror genocidiário. O caso numérico e simbolicamente mais representativo é certamente o da repressão da guerrilha do Araguaia, de 72 a 74, que o tornou hoje, não é só mais uma página em branco da história (ainda largamente por escrever) da ditadura no Brasil, mas, em simultâneo, o mais espectral e, paradoxalmente se diria, o mais contemporâneo dos seus silêncios, das suas narrativas lacunosas e dispersas. O excesso de signos que Araguaia acumulou (desaparecimento forçado do inimigo por parte do exército, desaparecimento dos

túmulos, desaparecimento dos documentos, tentativa lúcida de apagamento do fato na história da ditadura civil-militar etc.) transformam-na num exemplo de estudo extremamente complexo e interessante, que pode proporcionar uma espectrografia profunda da ideologia repressiva. Araguaia coloca dramaticamente, em primeiro lugar no plano jurídico, mas com vastas ressonâncias em todo o horizonte interdisciplinar onde sua sombra se projeta, o problema conceitual da restituição. A Corte Interamericana de Direitos Humanos, na demanda de 2009 que origina a sentença do ano seguinte, desenvolve algumas importantes considerações de ordem conceitual sobre os temas da restituição e reparação dos danos provocados pelo Estado na repressão vivida em Araguaia, afirmando nos artigos 228 e 244: “A reparação do dano ocasionada pela infração de uma obrigação internacional requer, sempre que seja possível, a plena restituição (*restitutio in integrum*), a qual consiste no restabelecimento da situação anterior à violação. [...] Em atenção ao tempo transcorrido, assim como à natureza e magnitude dos danos ocasionados, a Comissão considera, no presente caso, que não é possível que haja uma restituição plena. O elenco de medidas de reparações solicitadas considerará esta conclusão” (Organização dos Estados Americanos 2009).

A restituição, juridicamente definida, seria portanto, como é evidente, impossível no caso de Araguaia porque deliberadamente foi construída sobre sua impossibilidade absoluta. Ou seja, a restituição, assim formulada, também entraria naquele léxico negativo de que fala Derrida quando aborda o tema da impossibilidade do perdão, recuperando as razões sobre o imprescritível de Jankévitch, léxico que se refere ao ser passado que não passa (Derrida 2004: 51): termos como irreparável, inapagável, irremediável, irreversível, inesquecível, irrevocável, inexpiável. Mesmo que ocupem áreas semânticas limítrofes mas não coincidentes, nesta constelação terminológica se inscreveria também a impossibilidade de uma restituição, o “irrestituível”, diríamos, de Araguaia.

O problema da restituição talvez represente, no plano conceitual, o campo mais problemático e ao mesmo tempo central da elaboração pós-autoritária que se associa à violência da ditadura civil-militar no Brasil. Não só porque o campo se intersecta com inúmeros saberes (direito, psicanálise, crítica literária e cultural, filosofia política, entre outros), mas também porque um dos marcos do terror de Estado praticado no século xx –com a destruição total do corpo do inimigo morto e ocultamento de seus rastros–, de que o Brasil foi um dos primeiros terrenos empíricos, põe drasticamente em crise e faz colapsar a noção jurídica de restituição *ad integrum* que é projetada no plano da impossibilidade ou das possibilidades exclusivamente fantasmáticas.

Como pode, então, a restituição ser entendida? O conceito de *restitutio ad integrum* pertence a uma das mais antigas tutelas, já prescrita pelo direito romano, de acordo com a qual se restabelece um *status quo antes* que foi modificado de modo ilegítimo. Pertence aos poderes extraordinários do *Praetor* que podia exercê-lo também em nome de ausentes, menores ou incapacitados (Santí 2005: 88). Fora do contexto estritamente jurídico, é oportuno lembrar o debate que na década de 90 ocorreu nos estudos latino-americanos, em particular pela contribuição de críticos como Enrico

Mario Santí ou Alberto Moreiras, sobre o conceito de latino-americanismo e que desenvolviam uma reflexão sutil sobre a restituição. Na reconstrução de Santí em particular, o conceito de restituição é reformulado de modo particularmente interessante. Decorre da etimologia jurídica e dos seus reaproveitamentos históricos, mas logo toma uma direção própria, dialogando com a ideia de “poéticas da restituição”, sugerida por Geoffrey Hartman em “The Philomela project”, projeto este virado para o restauro (“restoration”) das vozes das pessoas que não podem falar (“inarticulate”) (Hartman 1991:169). Dentro desta visão, Santí tende a valorizar as “hermenêuticas compensatórias” das perdas da restituição, discutindo quais figuras são criadas para preencher as ausências implícitas nas poéticas restitutivas e elaborando a hipótese que a restituição como prática crítica sempre é suplementar, visto que compensa lacunas anteriores, portanto excede –mais do que restaura– um original que definitivamente se perdeu e se dissolvera (Santí 1992: 89). O gesto crítico da restituição, deste ponto de vista, seria, portanto, sempre mais amplo em relação ao que se entende restituir porque, ao preencher um vazio, se investiria sempre mais força (embora, pelos ocos e faltas, a força necessária seja imensurável) ou até se modificaria o objeto.

O problema da restituição, na reconceitualização latino-americanista, perante as vozes mudas, passa deste modo para a parte do intérprete e não fica do lado do objeto que aliás é, na maioria dos casos, fragmentário ou perdido. Dentro de uma perspectiva como esta, o que prevalece é o interesse em como a restituição ocorre, não tanto no que ela pode resgatar. Neste sentido, surge uma questão próxima daquela levantada pelos estudos subalternos: a restituição, na sua tensão com outro termo afim mas não coincidente, como é o restauro (“restoration”), coloca o problema não poético mas político do intérprete que fala “em nome de” ou de quem fala efetivamente “do ponto de vista do outro” (Santí 2005: 13 e 18) sobrepondo a própria voz à voz do outro. Assim, a ideia da restituição que incorporaria como anota Alberto Moreira, uma espécie de “surplus economy” (Moreiras 2001: 154) elucida adequadamente a filologia como prática hermenêutica correlativa que põe a questão de como ler um texto degradado e lacunoso, sem o trair, sem o transformar, pelo gesto da restituição não criticamente formulado, praticado enquanto restauro, num texto contemporâneo e irredutivelmente outro, portanto não coincidente com o original que se perdeu.

O tema atravessa pelo menos liminarmente numerosos outros textos, perpassa pela literatura memorialista produzida na urgência da abertura política, ou aparece em grandes romances como, por exemplo, *Sempreviva* de Antonio Callado (1981) onde a *quête* alucinada de Quinho, o protagonista, exilado e regressado clandestinamente para o Brasil, é originada pelo desaparecimento e pela morte da companheira, a busca de outras duas guerrilheiras e a localização dos autores das atrocidades daquele tempo: a flor do título metaforiza a condição do luto irresolvível quando falta o corpo, a sua impossível fetichização, e se naturaliza na figura da flor mortuária das “saudades perpétuas”.

Na construção de uma escrita que da história mutilada (Araguaia) abre um espaço –na verdade um limiar– na literatura, há uma obra que enreda muitas das questões de um “texto”, uma obra semiótica paradoxal, de Araguaia. Trata-se do romance de Ber-

nardo Kucinski, *K.* de outubro de 2011 (São Paulo, Expressão popular) contemporâneo da Comissão Nacional da Verdade e que na véspera dos 50 anos do golpe de estado militar inaugura uma possibilidade efetiva de escrever o desaparecimento político, que pode assim ser considerado como um apêndice paradoxal do caso de Araguaia

O título *-K.-* que remete de imediato para o labirinto distópico da narrativa kafkiana expõe logo a literalidade do projeto. Embora seja fácil pensar que a articulação se constrói sobre a substância biográfica do autor, visto ser irmão de Ana Rosa Kucinski, professora de química na USP, a qual juntamente com o seu marido Wilson Silva foram sequestrados e eliminados durante a repressão política de 1974. As fotos de Ana Rosa apareceram na exposição “Ausências” em São Paulo do fotógrafo argentino Gustavo Germano, em que se mostra o mesmo pano de fundo, o antes e o depois, o então e o agora: obra também que põe em jogo o problema conceitual da crítica pela ausência da presença, no caso do desaparecimento.

O livro foge à armadilha memorialista e se envereda pelo caminho da invenção: como na primeira linha da carta inicial ao leitor se postula: “Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu” (Kucinski 2011: 13). O laço pessoal, portanto não tange a substância da narração, para deixar espaço ao outro, imenso espaço privado constituído pela invenção de K. o pai de Ana Rosa (nunca nomeada na narrativa). A economia da ausência em quanto material se desdobra a partir de uma ideia de acumulação, de recolha de estórias, fragmentos, contos como se uma possível homogeneidade narrativa não só fosse inviável, mas mesmo se alguém a procurasse, esta desmoronaria nos restos de qualquer unidade ideal, sob o impacto fraturante da experiência traumática.

Esta acumulação de fragmentos não se submete a uma ordem que seria artificial, deixando margem a múltiplas leituras ainda que dentro da moldura tênue de uma série mínima: como sempre se sanciona na carta ao leitor, “A unidade se deu através de K. Por isso, o fragmento que o introduz inicia o conjunto, logo após a abertura. E o que encerra suas atribuições está quase no final. A ordem dos demais fragmentos é arbitrária, apenas uma entre as várias possibilidades de ordenamento dos textos” (2011: 13.).

Assim, o romance parece se desfazer na arquitetura mais precária -mas ao mesmo tempo muito mais densa, pela força das relações e das elipses – de uma antologia de contos (Flávio Aguiar) onde o gesto do autor se sobrepõe mais ao de um organizador de um conjunto de partes desunidas, expondo a parcialidade e a ruptura.

K. é o judeu polonês da resistência emigrado no Brasil, escritor yiddish, que percebe, no momento do sumiço e da angústia crescente pela subtração definitiva, que desconhece a filha e o mundo que ela tinha construído. A *quête* neste sentido é dupla, por um lado, em busca de notícias se ela continua ou não em vida, por outro dos rastros que ainda que de forma dolorida a reaproximem a ele, um exercício cultural e póstumo dos sinais que ela espalhara na existência, num engajamento com o mundo que tinha passado completamente despercebido pelas distâncias e distrações de K. No entanto, apesar dos esforços, da corja de corruptos e falsos ajudantes que alimentam esperanças irrealistas, a restituição *ad integrum* é impossível, mas outras formas restitutivas se delinham como resultado de um trabalho suplementar, de preenchimento de objetos que

se perderam para sempre. Poder-se-ia pensar que pela figuração literária tal processo recompositivo ocorre. Mas assim seria um posticho, um fetiche de algo que deixou de se devido à violência enorme que se abateu sobre ele. No entanto o que se torna evidente é que o gesto da restituição é um gesto de autor (de um *praetor*), que ocorre pelo próprio repúdio da arte e de outras formas culturais.

O que ocorre com *K.* é uma iniciação através de algumas dilacerações: o abandono da literatura (que não encontra palavras que expressem a indizibilidade do trauma), o abandono da religião (da comunidade hebraica que, pela ausência do corpo, recusa uma *matzeivá* simbólica), o abandono do livro (pelo tipógrafo que lhe nega este enterro figurado porque o considera subversivo), o abandono de uma sociedade, de um país que, insensível aos horrores, monumentaliza as memórias dos algozes e não das vítimas.

A iniciação que funciona como uma “verdadeira simulação” (Baudrillard 1988: 23) pela força do traumatismo estético da experiência histórica proporciona um outro elemento suplementar: através do tropo da prosopopeia, ou seja, do objeto inanimado, que tem nome e fala, figuras abjetas da repressão como Sérgio Paranhos Fleury, o delegado coordenador do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e todo o grupo de algozes paulista, encontram enquanto máscaras, rostos, atos e palavras do horror em alguns fragmentos impressionantes.

K. assume, assim, sua função suplementar e parcial em relação a um resgate do passado, a qual se trata da maior recomposição possível, se configura como uma “poética da restituição” no sentido de Geoffrey Hartman que, no entanto, ao deixar emergir despojos de um passado recalcado aciona um dispositivo de reparação, como se depreende na denúncia não dos responsáveis dos crimes mas da sociedade que os treinou e os protegeu que ainda conserva ativa, apesar de temporariamente não em função, a máquina efetiva e não só ideológica que tornou possível, num passado recente, a prática da violência de estado contra cidadãos inermes cuja destruição foi lucidamente planejada.

K. não poupa críticas e denuncia o sistema que, dentro de dialéticas complexas, produziu o horror. Assim constrói uma ideia alternativa de patrimônio (um patrimônio que com Aby Warburg se poderia chamar de “patrimônio de sofrimento” [Assmann 2002: 411]) narrativizando rastros e sinais que assim podem criar uma outra narração do passado dentro de uma poética restitutiva próxima, por morfologia e conteúdo de uma demanda de reparação a partir de um uso poético muito cuidado das ausências que são o legado da época autoritária.

O que se depreende destes casos textuais como *K.*, também pela sanção prevista pelo dispositivo da demanda citada anteriormente, é de certo modo a simetria, inclusive mais uma vez etimológica, que combina “reparar” e “restituir”, na acepção filológica que estamos discutindo: ambos com um prefixo recursivo, visto o primeiro termo ser um composto do verbo latim “parare” no sentido de dispor, o segundo do verbo “statuere” que significa fazer com que algo (que foi posto ou disposto) fique estável e firme. Este sentido, ainda que só no plano linguístico, mas com projeções também naquele conceitual, pauta as relações entre reparação e restituição mostrando uma conexão que as encadeia (numa ordem menos esperada) e as põe numa relação funcional.

O que a restituição do texto de Araguaia ou de Ana Rosa Kucinski põe de certo modo em jogo é uma filologia, por assim dizer, das ausências que procura, a partir destas, depreender não tanto uma verdade do texto (que fica ancorada à circunstância ou à ideologia), mas o seu significado como resultado da sua sintaxe linguística (Santí 2005: 89). Assim sendo, seria preciso definir as técnicas que deveriam ser aplicadas, filologicamente, ao texto lacunoso desta página de história. Dentro de um repertório amplo e largamente interdisciplinar, se podem mencionar exemplos como a gramatologia de Derrida, que, pela lógica do suplemento, propõe criar a presença o rastro do que não está, da ausência, ou, no campo das artes plásticas, a obra de Christian Boltanski que também se concentra sobre a presença de uma ausência, ou a visibilidade desta, como acontece na obra *La maison manquante* (Assmann 2002: 415).

A restituição exige portanto complexas operações críticas, inclusive epistemológicas, sobre como, a partir da sua insuficiência e ao mesmo tempo porosidade, pode contribuir para alimentar um trabalho, enlutado e residuário, de outro modo impossível sobretudo na ausência dos despojos ou de restos materiais. Deste modo, se redefinem as práticas, efetivas e simbólicas, de restituição (em relação também com outras práticas culturais e cultuais, como o restauro, a reintegração, o resgate ou a inviabilidade da própria ideia jurídica de *restitutio ad integrum*). No âmbito dos estudos latino-americanos, políticas conceituais metaforicamente conexas com a responsabilidade “filológica” da restituição textual se diferenciaram, por exemplo, do trabalho de restauração impossível de algo que definitivamente se perdeu, porque exibem um excesso ou um suplemento em relação ao objeto que as origina.

Deste modo, é possível referenciar o texto sobre a violência da ditadura responsável pelos desaparecimentos forçados como um esforço político de vocalização dos silêncios do passado, de revocalizações literárias, portanto da abertura de campo para uma outra poética de restituição.

Assim, em nome de um “direito humano à verdade”, os textos dos desaparecimentos políticos poderiam ser restituídos, apesar de suas lacunas, sobretudo na impossibilidade de uma escrita integral dos massacres que se consumaram durante a ditadura, como fato racional, sistematicamente ocultado que tem procurado apagar todos os seus vestígios, materiais. Por paradoxo, no entanto, Araguaia pela sua força simbólica enquanto de certo modo palimpsesto não inteiramente apagado, mas encoberto ainda por outra voz dominante, poderia reemergir como outra escrita, como *K.*, por exemplo proporcionando uma narrativa exemplarmente reveladora de outras violências do Estado, nos anos ainda bastante sombrios da ditadura. Mais do que qualquer monumento, a sua possibilidade de ser citada enquanto narrativa torna a sua restituição, ainda que parcial ou marcada pelos riscos de expressar tempos outros e não o tempo próprio, um ato obrigatório e não secundário para a fundação de uma memória comunitária também dos anos obscenos e mudos, pelo menos do ponto de vista das vítimas do horror, contra os monumentos que tornam visível as ausências e que permitem extrair um sentido possível da história inclusive nos casos extremos das destruições que não deixaram intencionalmente ruínas ou rastros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AA.VA (2007): *Direito à memória e à verdade. Comissão especial sobre os mortos e desaparecidos políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.
- Assmann, Aleida (2002 [1999]): *Ricordare. Forme e mutamenti della memoria culturale*. Bologna: Il Mulino.
- Baudrillard, Jean (1988): *La sparizione dell'arte*. Tr. it. Elio Grazioli. Milano: Politi Editore.
- Calveiro, Pilar (2004): *Poder y desaparición. Los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue.
- Derrida, Jacques (2004): *Perdonare*. Milano: Raffaello Cortina.
- Gatti, Gabriel (2008): *El detenido-desaparecido. Narrativas posibles para una catástrofe de la identidad*. Montevideo: Ediciones Trilce.
- Hartman, Geoffrey H. (1991): "The Philomela Project". Em: *Minor Prophecies. The Literary Essay in the Culture Wars*. Cambridge/London: Harvard University Press, pp. 164-175.
- Kucinski, Bernardo (2011): *K*. São Paulo: Expressão Popular.
- Mignone, Emilio D./McDonnell, Augusto Conte (2006): *Estrategia represiva de la dictadura militar*. Buenos Aires: Colihue.
- Moreiras, Alberto (2001): *The Exhaustion of Difference. The politics of Latin American Cultural Studies*. Durham: Duke University Press.
- Organização dos Estados Americanos-Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2009): *Demanda perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos Caso 11.552 Julia Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) Contra a República Federativa do Brasil*. Em: <<http://www.cidh.oas.org/demandas/11.552%20Guerrilha%20do%20Araguaia%20Brasil%2026mar09%20PORT.pdf>> (15.01.2014).
- Quinalha, Renan Honório (2013): "Entre o luto e a melancolia. Modos de elaboração diante do desaparecimento forçado na Argentina". Em: Moreira da Silva Filho, José Carlos/Abrão, Paulo/Torelly Marcelo D. (eds.): *Justiça de transição nas Américas. Olhares interdisciplinares, fundamentos e padrões de efetivação*. Belo Horizonte: Forum, pp. 285-312.
- Santí, Enrico Mario (1992): "Latinamericanism and Restitution". Em: *Latin American Literary Review*, 20, 40, pp. 88-96.
- (2005): "Sor Juana, Octavio Paz, and Poetics of Restitution". Em: *Ciphers of History. Latin American Readings for a Cultural Age*. New York/Basingstoke: Palgrave Macmillan, pp. 81-112.
- Wajcman, Gérard (1998): *L'objet du siècle*. Lagrasse: Verdier.

Artigo recebido 18.11.2015

Artigo aprovado 16.03.2016

Roberto Vecchi é professor titular de literatura portuguesa e brasileira da Universidade de Bolonha. Estuda história e teoria das culturas de língua portuguesa, estudos pós-coloniais, teoria crítica e história conceitual. Com Margarida Calafate Ribeiro, organizou o volume *Eduardo Lourenço, Do colonialismo como nosso impensado* (2014) e publicou a *Antologia da memória poética da guerra colonial* (2011).